

POLINUCLEAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CIDADES PEQUENAS O caso de Arroio do Padre/RS

POLYNUCLEATION AND VALUATION OF CULTURAL PATRIMONY IN SMALL TOWNS *The matter of Arroio do Padre/RS*

**Fernanda Tomiello¹, Maurício Couto Polidori²,
Sidney Gonçalves Vieira³, Jéssica Tessmer⁴
e Marina Janelli da Silva Ruas⁵**

Resumo

Este artigo apresenta relações e potencialidades entre polinucleação urbana e patrimônio cultural no contexto de cidades pequenas no Brasil, mediante o entendimento do que é polinucleação e de associações com complexidade, dinâmica e morfologia urbana, através do estudo de caso em Arroio do Padre/RS. O artigo aponta para a compreensão do patrimônio cultural em cidades pequenas de modo interligado com a polinucleação e com os espaços abertos entre cada núcleo, indicando como isso pode favorecer e potencializar a manutenção e valorização de seu patrimônio cultural.

Palavras-chave: polinucleação, pequenas cidades, patrimônio cultural, Arroio do Padre.

Abstract

This article presents relationships and potentialities between urban polynucleation and cultural heritage in the context of Brazilian small towns, through the understanding of the polynucleation and of associations with complexity, dynamics and urban morphology, through study of case in Arroio do Padre/RS. The paper supports the understanding of cultural heritage in small towns in an interlinked way with polynucleation and open spaces between each nucleus, indicating how it can favor and enhance the maintenance and valorization of its cultural heritage.

Keywords: polynuclear city, small towns, cultural patrimony, Arroio do Padre.

1 Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), doutoranda no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

2 Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

3 Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Campus Rio Claro, professor titular do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da UFPel.

4 Técnica em Edificações, aluna no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPel.

5 Aluna no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPel.

Apresentação

Este artigo apresenta um estudo exploratório relacionando polinucleação com valorização do patrimônio cultural tendo como estudo de caso a cidade de Arroio do Padre, situada no sul do estado do Rio Grande do Sul. O trabalho caracteriza-se como multidisciplinar, com destaque para as áreas de patrimônio e morfologia. Inicialmente é apresentada uma revisão teórica sobre os temas principais do artigo: cidades pequenas, policentralidade/polinucleação e patrimônio cultural. A seguir é mostrado o estudo de caso, com descrição da cidade e algumas das suas principais características históricas, culturais, econômicas e morfológicas. Posteriormente é realizada a discussão acerca da relação entre polinucleação e valorização do patrimônio cultural em Arroio do Padre e as considerações finais.

Cidades pequenas

A busca por uma definição para cidades pequenas vem sendo tema de diversas discussões no âmbito da geografia e do urbanismo e ainda que não tenha sido estabelecida uma conceituação precisa, algumas das abordagens acerca do assunto podem ser destacadas. A primeira abordagem que se aponta é sob o fator quantitativo, que considera o número mínimo e máximo de habitantes por cidade para que seja considerada pequena. Segundo Fernandes (2018), o Censo Demográfico de 2000 pelo IBGE definiu como pequenas cidades aquelas com até 100 mil habitantes, porém outras definições consideram valores mais baixos como até 50 mil ou, ainda, 20 mil habitantes, uma vez que em alguns países como o Brasil, pela sua extensão, a conceituação e a classificação das pequenas cidades variam entre os estados e até entre as regiões de um mesmo estado.

Para Olanda (2008) apesar da abordagem quantitativa como ponto norteador para a classificação das cidades, esta não deve ser entendida como fator decisivo, visto que cidades pequenas, mesmo com população similar, podem ter significativas diferenças em sua constituição ao longo do tempo e no processo espacial do qual deriva sua atual função no sistema urbano. Assim, a outra abordagem a ser feita é sob o aspecto qualitativo, que tenta conceituar as pequenas cidades a partir das relações e influências na rede urbana e das dinâmicas sociais.

A análise sob a perspectiva qualitativa das pequenas cidades baseia-se em suas diferenças que, segundo Endlich (2006), geram uma relação hierárquica entre si:

Os pequenos centros urbanos não são iguais entre si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre eles. Cidades com atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como pólos microrregionais (ENDLICH, 2006, p. 52).

Aquelas polarizadas pelos chamados pólos microrregionais são entendidas como cidades ou centros locais. Conforme Fresca (2010), a distribuição de bens e oferta de serviços dos núcleos influencia na centralidade deles, sendo que as localidades de mais baixo nível hierárquico distribuem e ofertam apenas bens e serviços de consumo muito frequente, ou seja, são aquelas que atendem apenas às necessidades básicas da população local.

Dessa forma, podem ser consideradas pequenas cidades “desde aquelas com limite mínimo de complexidade de atividades urbanas,” as cidades locais, “até aquelas onde funções urbanas são mais complexas,” pólos microrregionais, “refletindo inclusive,

diferenças do ponto de vista populacional, manifestando realidades muito distintas” (FRESCA, 2010, p. 77).

Do ponto de vista metodológico, um dos estudos mais importantes acerca da hierarquia urbana no Brasil é o das Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. De acordo com o REGIC 2018 (IBGE, 2020c), a operacionalização das unidades de análise se dá por intermédio de duas unidades territoriais: os Municípios e os Arranjos Populacionais (agrupamentos de municípios muito integrados).

Nesse sentido, as unidades territoriais são organizadas em regiões de influência, constituídas pelos “vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles com hierarquia superior” (IBGE, 2020c, p. 72). A região, nesse caso, pode assumir um formato reticular, tendo em vista que é constituída por um conjunto de ligações que se estabelecem entre as unidades urbanas. Não se configura, assim, como uma zona contígua, como na maior parte das vezes é entendida uma região e, em razão da feição espacial da rede, dependendo da escala, pode apresentar superposições e duplas subordinações de cidades. Os dois componentes utilizados para o estabelecimento da hierarquia e região de influência das Cidades foram a atração exercida entre as cidades próximas e as ligações de longa distância realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos (IBGE, 2020c).

O resultado do estudo apresenta uma classificação das cidades brasileiras em uma hierarquia que leva em conta a função de gestão que cada cidade exerce sobre outras, tanto do ponto de vista do seu papel de comando em atividades empresariais quanto em gestão pública, assim como quanto em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras cidades, definindo o alcance e a subordinação de cada centralidade. De acordo com as categorias adaptadas pelo estudo a hierarquia das cidades brasileiras apresenta em seu nível mais elevado as Metrôpoles, subdividido em três níveis: a Grande Metrôpole Nacional (São Paulo), Metrôpole Nacional (Brasília e Rio de Janeiro) e Metrôpoles (12 cidades); em seguida vem as Capitais Regionais classificadas em grupos A, B e C; são seguidos pelos Centros Sub-Regionais do tipo A e B; logo depois pelos Centros de Zona A e B; e, finalmente pelos Centros Locais.

Seguindo essa classificação podemos dizer que as Metrôpoles constituem o grupo das grandes cidades brasileiras e as Capitais Regionais representam o grupo de cidades intermédias. De acordo com os parâmetros já referidos anteriormente de tamanho populacional e função na rede urbana, as cidades pequenas podem ser identificadas a partir dos Centros Sub-Regionais onde se encontram as cidades com média nacional de população de 85 mil habitantes. Certamente, as cidades classificadas no quarto nível hierárquico, Centros de Zona, que possuem menor nível de atividades de gestão e que polarizam um número pequeno de cidades vizinhas em razão da atração da população por comércio e serviços, são cidades pequenas. Assim também os Centros Locais, último nível hierárquico caracterizado por cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, ainda que possam atrair população de outras centralidades em função de temas específicos, mas não representam o destino principal de nenhuma outra cidade. São centros que apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, via de regra utilizam como referência centros maiores para as atividades cotidianas da população, tanto para comércio e serviços quanto para atividades do poder público ou empresarial. De acordo com REGIC 2018, os Centros Locais:

são a maioria das Cidades do País, totalizando 4.037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas

na presente pesquisa. A média populacional dos Centros Locais é de apenas 12,5 mil habitantes, com maiores médias na Região Norte (quase 20 mil habitantes) e menores na Região Sul (7,5 mil pessoas em 2018) (IBGE, 2020c, p. 15).

Arroio do Padre se enquadra nesse último nível hierárquico, podendo ser reconhecido como um Centro Local. Inclusive, por sua situação de enclave no interior do município de Pelotas, sua influência é muito mais restrita aos próprios limites, exercendo discreta atração em função do turismo rural, mas fraca centralidade em razão de suas atividades empresariais ou de gestão pública. Fazendo parte do Arranjo Populacional de Pelotas, uma Capital Regional de nível C, possuiu dinâmica insuficiente para interferir na região de influência de Pelotas.

O centro e a policentralidade

De acordo com Vieira (2020) o centro é caracterizado, antes de tudo, como o lugar para onde as pessoas se dirigem para a realização de determinadas atividades, e de onde todos se dirigem para fazerem estas atividades aí localizadas interagirem com as outras que se localizam fora do centro. Portanto, a um só tempo, o centro integra e dispersa. Trata-se de uma área com um papel concentrador, de tal forma que mesmo quando a dinâmica da divisão territorial do trabalho é capaz de promover a emergência de outros centros, verificamos em cada um deles em diferentes escalas a atração e a convergência. O centro é resultado do processo de crescimento das cidades.

Portanto o crescimento da cidade será um fator determinante para a organização da área no entorno do centro e fora dele. Trata-se mesmo da expressão da organização do processo de divisão social do trabalho verificado no espaço. O crescimento urbano implica uma reorganização de usos nas áreas já ocupadas, de modo que o espaço será organizado para expressar formas desta organização que constituem formas de crescimento da área central.

Foi o crescimento populacional que determinou a necessidade do processo de expansão do centro urbano. Este processo se dá pela absorção de áreas limítrofes ao centro, pelo afastamento da sua população residencial e a transformação do uso do solo para comércio e serviços. Convém salientar que este processo de expansão nem sempre ocorre de uma maneira linear com a ocupação concomitante do espaço circundante. No mais das vezes trata-se de um processo complexo com o surgimento de áreas de degradação, vazios funcionais, e a coexistência de distintos usos ao mesmo tempo, tornando o processo bastante complexo. Ainda mais quando a dinâmica dos processos de promoção imobiliária interfere diretamente na decisão sobre o aproveitamento das áreas (VIEIRA, 2020).

Segundo Panerai (2006, p. 51), o crescimento urbano pode ser entendido como o “conjunto de fenômenos de extensão e adensamento apreendidos do ponto de vista morfológico”, que pode ocorrer de forma contínua ou descontínua. No processo de crescimento contínuo as extensões configuram um prolongamento direto de áreas urbanas existentes enquanto o crescimento descontínuo caracteriza uma ocupação mais aberta do território, permitindo a eclosão da aglomeração e preservando áreas agrícolas ou naturais entre partes antigas e novas (PANERAI, 2006).

Policentralidade pode ser entendida como concentração ou acúmulo de atributos urbanos em mais de um centro, de forma descontínua espacialmente, com algum afastamento relativo. Segundo Polidori *et al.* (2014), a policentralidade aplicada à estrutura urbana pode acarretar melhores relações com o ambiente natural, mais eficácia nas funções

urbanas e maior proximidade com estruturas em rede, características das cidades contemporâneas, auxiliando no alcance de zonas urbanas menos segregadas.

Segundo Sposito (2009), o limite onde termina a cidade e começa o campo é cada vez menos nítido, por outro lado, os fluxos de pessoas e mercadorias entre espaços rurais e urbanos se intensificam cada vez mais e o uso do tempo social cotidiano está dividido entre ambientes e paisagens que poderiam ser considerados como campo e cidade.

Complexidade, dinâmica e morfologia na polinucleação urbana

Cidades têm sido consideradas como sistemas complexos que oferecem a possibilidade de identificar tipos e quantidades de componentes em diferentes escalas (ALLEN, 1997). Desse modo, uma aproximação ou afastamento de determinado objeto ou conjunto de objetos pode revelar diferenças e novas relações entre as partes. No campo da cartografia a questão de escala é usualmente associada a quais componentes irão aparecer no resultado e em que grau de detalhe cada um deles comparece, como está em Vasconcelos, Hadad e Martins Junior (2011), que indicam diferentes escalas para cada tipo de diagnóstico ambiental. No caso de cidades pequenas essa questão da escala parece ser basilar, considerando o tamanho absoluto das áreas arduadas (assumido como pequeno originalmente), suas relações com outras partes da mesma cidade e com cidades maiores. Essa situação sugere que, para identificarmos componentes e relações das cidades pequenas é preciso apreciá-las em diferentes escalas, sendo as menores necessárias para aspectos da região, incluindo cidades vizinhas e conexões externas, as intermediárias para incluir diferentes partes da mesma cidade e suas ligações, sendo as maiores utilizadas para observar mais de perto aspectos intraurbanos. Sendo assim, as escalas intermediárias parecem ser importantes para observar a polinuclearidade em cidades pequenas, conforme aparece neste artigo.

É fato que as cidades mudam constantemente, em diferentes tempos e em diferentes velocidades, embora ao tempo e velocidade do cotidiano humano isso possa ser difícil de observar. Ao comparar com o tempo geológico, pode parecer que as cidades mudam muito, enquanto que ao considerar o tempo biológico (algumas espécies vivem alguns dias apenas), as cidades podem parecer iguais pelo período de uma vida inteira (SANTOS, 2004). Cidades no mundo têm apresentado mudanças de diversas ordens, sendo usual listar os crescimentos populacional e físico (ou diminuições, quando é o caso), os quais variam em sua evolução na história, mediante diferentes processos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais. Nesse cenário, numa observação precoce, as cidades pequenas frequentemente parecem não mudar ou mudar bem pouco, porém isso pode não ser confirmado ao examinar séries temporais que considerem não só as mudanças absolutas, mas também as relativas.

Estudos dedicados a cidades da faixa de fronteira entre o Brasil e Uruguai (FAURB UFPEL, 2021), onde predominam cidades pequenas, têm encontrado taxas positivas de crescimento urbano, tanto populacional como físico, com valores que gravitam perto de 1% ao ano (aa), com um pouco menos para o crescimento populacional e um pouco mais para o crescimento físico, considerando as áreas efetivamente urbanizadas. Embora esse valor seja menor do que crescimento urbano observado mundialmente (em torno de 4%aa, como aparece em Angel, (2016)), é notável como um crescimento físico perto de 1%aa pode trazer um incremento de cerca de 50% da área urbana em 40 anos e de 100% em 60 anos, períodos de tempo interessantes para a implementação de processos de planejamento urbano. No caso em estudo, com cidades pequenas e polinucleadas, a expansão de cada núcleo pode gerar unificação, o que vai depender principalmente das mudanças experimentadas pelos núcleos, das distâncias entre eles,

das forças das conexões e, não menos importante, das características dos espaços abertos, que intermedeiam os diferentes núcleos.

Diversos tipos de polinucleação urbana podem ser observados, decorrentes de aspectos culturais, históricos, paisagísticos, funcionais ou morfológicos, assim como das relações entre esses aspectos. Do ponto de vista morfológico, as cidades têm sido descritas através de desenhos vetoriais e de imagens, sendo esses desenhos vetoriais representados por pontos, linhas ou áreas, enquanto que no caso das imagens predominam os formatos raster. Além de entidades matemáticas da geometria euclidiana, as interpretações das entidades vetoriais podem ser ampliadas nos estudos urbanos, com pontos representando ideias, linhas representando fluxos e áreas representando conceitos (BUZAI, 1999). Uma ampliação na interpretação das imagens raster pode também indicar um conjunto de relações e agrupamentos, ao invés de tão somente um pixel portador de um dado numérico associado.

Ademais, as descrições vetoriais têm sido mais utilizadas para a área urbanizadas, enquanto que as raster para as áreas abertas, o que pode gerar alguma ruptura na representação de lugares onde as áreas abertas são inseparáveis das construídas, o que é típico nas cidades polinucleadas. Por definição, as cidades polinucleadas incluem os espaços abertos entre os diferentes núcleos, pois é justamente a tensão entre a união e a separação dos núcleos que dá corpo à polinucleação. Uma possibilidade de superação para as dificuldades tradicionais das representações vetoriais e raster, no campo da morfologia urbana, advém da abordagem de ecologia de paisagem (NAVEH; LIEBERMAN, 1994), que sugerem a estruturação das paisagens como manchas, corredores e matrizes, com um conjunto de representações operando concomitantemente. Em cidades pequenas e polinucleadas essa abordagem parece interessante, pois permite descrever as áreas urbanas, os campos, as matas e os banhados como manchas, os rios e riachos e linhas de drenagem como linhas e as imagens como matrizes e relações, em diferentes graus de resolução.

Patrimônio cultural

Segundo Dantas (2015, p. 1), o patrimônio cultural é formado pelo “acervo de conhecimentos e experiências de um grupo, que reflete o seu modo peculiar de existência, de compreensão e transformação da realidade”. Para ela, o surgimento do patrimônio cultural depende do reconhecimento e apropriação de algo pela(s) pessoa(s) e é uma construção social. Já a paisagem cultural se refere a um recorte territorial ou à determinada porção espacial, pode ser vista como um conjunto vivo, dinâmico e representativo das práticas culturais e sociais e traz as marcas das diversas camadas de tempo construídas pelos grupos sociais que a vivenciaram (SCIFONI, 2016). A memória social e as relações cotidianas acontecem em lugares que caracterizam a paisagem cultural.

O patrimônio inclui o solo, a paisagem, os modos de vida dos habitantes, sua memória, as construções e a produção de bens e serviços adaptados às necessidades humanas (VARINE, 2013). Para Varine (2013), não apenas é possível que haja desenvolvimento associado à preservação do patrimônio como é preciso reconhecer e valorizar o patrimônio para que haja desenvolvimento. O patrimônio é colocado por ele como um húmus, um quadro e um recurso para o desenvolvimento, além do valor que tem em si mesmo e de sua relação com o tempo: presente, passado e futuro.

Não há dúvidas de que o respaldo e participação da população em tais processos é essencial, no entanto, com relação à vinculação aos interesses privados e atividades turísticas há uma contradição: ao mesmo tempo em que contribuem com a



implementação e manutenção da preservação patrimonial, especialmente na dimensão econômica, podem colocar a patrimonialização a serviço do capital e, ainda, promover processos de especulação e gentrificação, conforme aponta Harvey (1992).

Nesse sentido, destacam-se outros aspectos enunciados por Varine (2013) acerca do desenvolvimento local: o patrimônio pertence ao futuro e só encontra sentido se integrado às dinâmicas de desenvolvimento; o desenvolvimento não é real se não se faz em harmonia com o patrimônio, ele deve estar enraizado no patrimônio, nutrir-se dele e produzi-lo; para que haja um desenvolvimento real é necessária a participação ativa, efetiva e consciente da comunidade que detém o patrimônio.

Apresentação e contextualização do estudo de caso

Arroio do Padre é um pequeno município que possui 124,693 km² de área e uma população estimada em 2.951 habitantes para o ano de 2020, conforme projeção do IBGE (2020a). Localizada ao sul do Rio Grande do Sul, conforme mostra a figura 1, Arroio do Padre se limita unicamente com o município de Pelotas, caracterizando um enclave.

De acordo com a pesquisa histórica presente no Plano Ambiental Municipal (PLAM) do município do Arroio do Padre (2014) em relação à ocupação histórica da área, os primeiros indícios de habitantes em Arroio do Padre apontam a presença de indígenas e, posteriormente, teriam vindo escravos fugidos, espanhóis oriundos das ilhas Canárias e Açores e portugueses. Os alemães vieram mais tarde, e também franceses, italianos e russos. A maioria dos colonizadores foi de alemães e pomeranos que, por volta de 1858 começaram a exploração agropecuária na região. No ano de 1868, a localidade passou a ser ocupada com a expansão da imigração alemã-pomerana de São Lourenço do Sul, em sua maioria protestantes, principalmente luteranos. Neste sentido, este processo migratório criou vínculos identitários específicos, já que havia questões étnicas e religiosas envolvidas.

Inicialmente a colônia de Arroio do Padre pertencia ao Município de São Lourenço do Sul sendo em 1890 incorporado ao município de Pelotas, pertencendo à 2ª Zona de Dunas, e posteriormente passando a integrar o Distrito de Santa Silvana, como 6º Distrito de Pelotas. Em 1996 foi realizado um plebiscito aprovado pela justiça eleitoral, onde a maioria dos eleitores mostrou-se favorável a emancipação política e administrativa do então distrito de Arroio do Padre que foi, então, emancipado. A primeira eleição ocorreu em outubro de 2000. Segundo a Prefeitura Municipal de Arroio do Padre (2021), o município possui vocação agro-pastoril e a principal produção é o

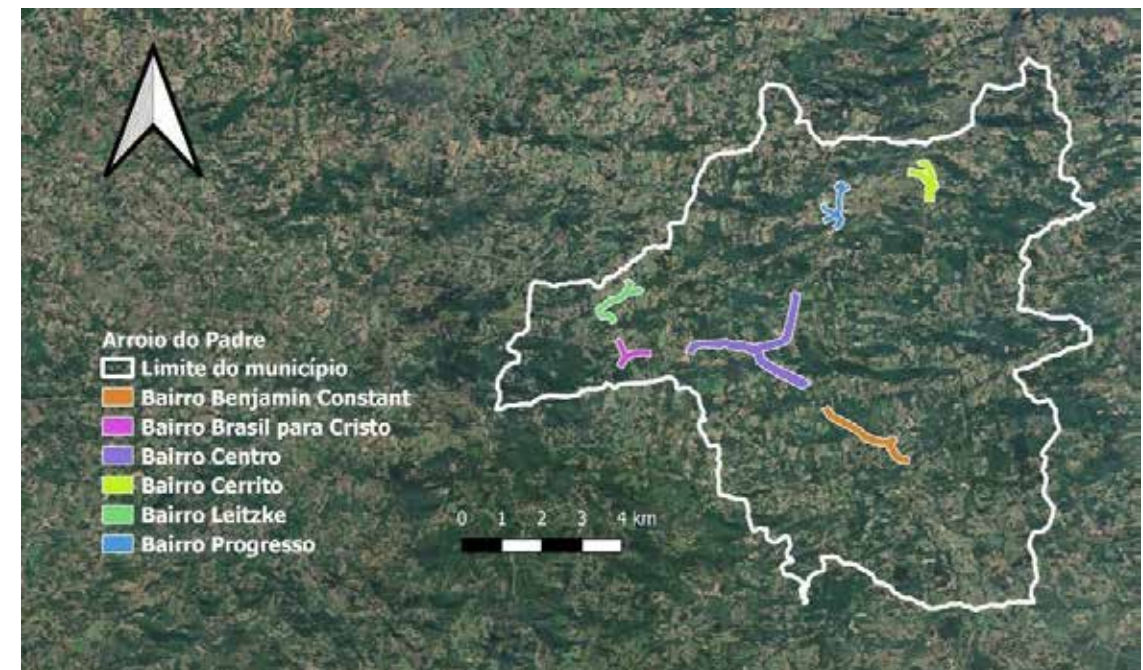


Figura 2 - Mapa de Arroio do Padre com identificação do limite do município e perímetro urbano dos bairros. Fonte: elaborado pelos autores a partir da base do Open Street Maps no software QGIS, 2021.

fumo, mas também cultiva-se hortaliças, soja, milho, além de gado leiteiro e criação de frangos. Atualmente incentiva-se o cultivo de frutas, tais como o caqui e a maçã, já que anualmente ocorre, simultaneamente, a festa de emancipação do município e a festa do caqui e da maçã. O município conta com um grupo de danças folclóricas alemãs, o *KornBlumme*, mantendo as raízes germânicas da comunidade e também possui espaços voltados para o turismo ecológico, com infra-estrutura para receber e hospedar visitantes.

Polinucleação e patrimônio cultural em Arroio do Padre

Arroio do Padre possui seis bairros distintos: Benjamin Constant, Brasil para Cristo, Centro, Cerrito, Leitzke e Progresso. Conforme o artigo 3º da Lei Nº 2.074, de 14 de novembro de 2019 (ARROIO DO PADRE, 2019), “o Perímetro Urbano do Município de Arroio do Padre é formado por uma conformação urbana polinuclear, de Centro e Bairros”. Tal conformação pode ser vista na figura 2, onde fica visível a descontinuidade espacial entre as áreas definidas como urbanas pela legislação.

Ainda a partir da Figura 2 é possível observar relações das áreas urbanas com os sistemas complexos, com a dinâmica urbana e com a morfologia das cidades. É notável como os bairros, os quais representam as áreas efetivamente urbanizadas de Arroio do Padre, aparecem como parcelas ou núcleos com efetiva independência física, porém conectados pelas vias de ligação, formando uma estrutura única, com partes inter-relacionadas. Ademais, se observada a cidade na escala regional, esse conjunto fica reduzido a um ponto no mapa, enquanto que na escala intermediária aparecem seis núcleos separados. Pode ser observado também que a forma linear desses núcleos, associada às vias de ligação, sugere uma espécie de continuidade gestáltica, conforme as direções de cada núcleo e as distâncias entre eles, o que parece ser mais intenso entre os bairros Benjamin Constant, Centro, Brasil para Cristo e Leitzke. Todavia esses bairros, somados aos demais (Progresso e Cerrito), aparecem no mapa como eventos ou figuras minoritários em relação à área total do Município, que opera como fundo, representado por pixels da imagem raster, numa matriz ambiental que domina a paisagem local. Desse modo, pode ser esperada uma unificação parcial dos núcleos, fazendo decrescer a polinuclearidade e evidenciando a dominância dos espaços abertos.

Figura 3 - Imagens de Arroio do Padre: a) Bairro Benjamin Constant; b) Bairro Brasil para Cristo; c) Bairro Centro; d) Bairro Cerrito; e) Bairro Leitzke; f) Bairro Progresso. Fonte: dos autores, 2021.



Vimos que os conceitos de policentralidade e de polinucleação se relacionam com o caso estudado, o qual foi escolhido por representar uma cidade pequena e por apresentar diversos núcleos separados fisicamente. Nesse caminho, o método de estudo de caso foi adotado por permitir a derivação de aspectos qualitativos teóricos e empíricos, como pretende esse trabalho, seguindo o que sugere Yin (2001). Ademais, Maciel (2009) destacou a polinucleação de Arroio do Padre e afirmou que esse tipo de conformação, com a presença de áreas naturais, repercute em grandes lotes e atividades agropastoris próximas à residência. Tal constatação pode ser observada pelos autores, em saída de campo realizada em janeiro de 2021. Na ocasião também foram fotografados os seis bairros e as imagens da figura 3 ilustram algumas das características observadas, que serão descritas a seguir.

É possível observar a alternância entre lotes construídos e lotes livres, frequentemente ocupados por vegetação nativa ou cultivo de milho, hortaliças e frutíferas, mesmo em áreas centrais. Os bairros têm conformação predominantemente linear e todos possuem identificação de início e fim do perímetro urbano através de placas que indicam o nome do núcleo. Também foi observado que todos possuem pavimentação, uma das características que os diferencia de outros pequenos núcleos habitacionais do município que estão fora do perímetro urbano. Cada bairro tem sua igreja e apesar da predominância luterana também foram observadas outras religiões. A grande maioria das edificações fica solta no lote, possuindo pátio vegetado e recuos nos quatro lados. Todos os núcleos possuem algum tipo de comércio e/ou serviço, incluindo postos de combustível, mercados, lojas e bares.

Nos trechos de conexão entre os núcleos – que ficam fora do seu perímetro – as estradas são de saibro e a paisagem alterna pequenos trechos de cultivo, mata nativa e pastagens. Com frequência se passa por alguma ponte e por construções isoladas



Figura 4 - Imagens de Arroio do Padre: a) Bairro Benjamin Constant; b) Bairro Brasil para Cristo. Fonte: dos autores, 2021.

ou pequenos conjuntos edificados. A figura 4 mostra duas dessas situações, que são recorrentes entre os núcleos: na figura 4a aparece a estrada de saibro, uma pequena área de cultivo e a mata nativa e na figura 4b é possível observar um pequeno conjunto de edificações, nas proximidades de um dos arroios.

Com relação ao patrimônio cultural, há algum reconhecimento da sua riqueza e diversidade, tanto pelo poder público quanto pela população. O Artigo 25 do Plano Diretor (ARROIO DO PADRE, 2006) reconhece o patrimônio ambiental do município, incluindo o patrimônio cultural e natural, colocando a Política Ambiental Municipal como instrumento para garantir a valorização desse patrimônio, sua perpetuação e superação de conflitos. Edificações, parques, praças, sítios, paisagens, manifestações culturais, elementos naturais e ecossistemas estão entre os elementos mencionados no referido artigo como patrimônio do município. É possível observar que há um forte sentimento de identidade e pertencimento entre os moradores, pautado pela cultura pomerana e pela religiosidade. Parte das famílias fala cotidianamente tanto a língua portuguesa quanto o dialeto pomerano e mantêm alguma relação com atividades e ambientes rurais.

Como a polinucleação pode contribuir para o desenvolvimento local e valorização do patrimônio cultural de Arroio do Padre

A polinucleação em Arroio do Padre é uma forte característica morfológica do Município, que organiza o território a partir de pequenos núcleos urbanos, conectados entre si, com atrativos e identidade próprias. É sabido que tal conformação pode estar associada a desafios relacionados à mobilidade, dotação de infraestrutura e equipamentos urbanos, mas também oferece uma série de qualidades e potencialidades, que discutiremos a seguir. A alternância entre pequenas áreas urbanas e áreas rurais cria uma paisagem única e viabiliza a manutenção do contato cotidiano da população – seja visual ou físico – com áreas rurais e paisagem natural. Considerando a marcante presença de recursos hídricos entre os núcleos urbanos e os frequentes alagamentos, podemos afirmar que a polinucleação também constitui uma qualidade ambiental, visto que áreas mais naturais e/ou vulneráveis são menos ocupadas e impactadas pela ação antrópica. Nesse sentido, imaginar os núcleos urbanos conectados espacialmente, como ocorre na maioria das cidades da região, poderia implicar em uma relação mais nociva sobre o ambiente natural, com mais impacto ambiental e maior prejuízo à população.

A partir das discussões deste artigo, relacionando os temas abordados com Arroio do Padre e de suas características, é possível construir as seguintes observações principais:

a) as cidades polinucleadas reforçam a ideia de associação entre espaços construídos e abertos, posto que a existência de núcleos com alguma independência espacial e descontinuidade física exige a presença dos espaços abertos, que podem

- ser naturais ou modificados pelo homem, em crescentes intensidades;
- b) ao reconhecer o patrimônio cultural de cidades polinucleadas, é fundamental observar também os espaços abertos, pois sua existência e suas características são estruturantes desse patrimônio;
- c) no caso de cidades pequenas e polinucleadas, fica acirrada a importância das observações em mais de uma escala, facilitando ou permitindo o reconhecimento de atributos típicos de região, de conexão e intermediação entre os núcleos e de configuração intraurbana;
- d) é fato que os crescimentos urbanos em cidades pequenas são absolutamente pequenos, porém relativamente isso deve ser observado com atenção, pois pequenas taxas de crescimento podem implicar em efetivas mudanças de tamanho nos núcleos preexistentes, podendo inclusive unificar dois ou mais núcleos, acarretando mudanças estruturais e morfológicas;
- e) os espaços abertos entre os diferentes núcleos urbanos, o quais podem apresentar atributos naturais em maior ou menor nível, operam de modo ativo nos estados urbanos e nas conexões entre eles, representando um campo de irregularidades sobre o qual se distribuem tensões de urbanização, facilitando ou dificultando a permanência da polinucleação.

De um modo geral, os estudos com a cidade de Arroio do Padre, de pequenas dimensões e polinucleada, confirmam observações de pesquisa de trabalhos anteriores, nos quais está indicado que a continuidade do espaço natural parece corresponder a descontinuidade do espaço urbano. Essa assertiva, enunciada há quase duas décadas (POLIDORI, 2004), pôde ser verificada neste trabalho, embora de modo simplificado e referido ao caso de estudo.

Referências

- ALLEN, Peter. *Cities and regions as self-organizing systems: models of complexity*. Amsterdam: Gordon and Breach Science Publishers, 1997. 275 p.
- ANGEL, Shlomo e outros. Atlas of Urban Expansion - The 2016 Edition - Volume 1: *Areas and Densities*. NYU Urban Expansion Program at New York University, UN-Habitat, and the Lincoln Institute of Land Policy, 2016. 500p.
- ARROIO DO PADRE (Município). *Histórico*. Arroio do Padre, RS, 2015. Disponível em: <https://www.arroiodopadre.rs.gov.br/portal/servicos/1008/historico/#>. Acesso em: 05 fev 2021.
- ARROIO DO PADRE (Município). *Lei Complementar N° 6/2006, de 04 de outubro de 2006*. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Arroio do Padre e dá outras providências. Arroio do Padre, RS, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-arroio-do-padre-rs>. Acesso em 08 fev 2021.
- ARROIO DO PADRE (Município). *Lei N° 2.074, de 14 de novembro de 2019*. Dispõe sobre a delimitação do Perímetro Urbano do Município de Arroio do Padre e revoga a Lei Municipal n° 533, de 17 de outubro de 2006. Arroio do Padre, RS, 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/a/arroio-do-padre/lei-ordinaria/2019/208/2074/lei-ordinaria-n-2074-2019-dispoe-sobre-a-delimitacao-do-perimetro-urbano-do-municipio-de-arroio-do-padre-e-revoga-a-lei-municipal-n-533-de-17-de-outubro-de-2006?r=p>. Acesso em 08 fev 2021.
- ARROIO DO PADRE (Município). *Plano Ambiental Municipal de Arroio do Padre, RS (PLAM)*. Arroio do Padre, RS, 2014. 101p.

BUZAI, Gustavo D. *Geografía global: el paradigma geotecnológico y el espacio interdisciplinario en la interpretación del mundo del siglo XXI*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1999. 216 p.

DANTAS, Fabiana S. O patrimônio cultural protegido pelo Estado brasileiro. In: CAMPOS, Juliano B.; PREVE, Daniel R.; SOUZA, Ismael F. (orgs.) *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade* [recurso eletrônico] - Curitiba: Multideia, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/texto_especializado.pdf>. Acesso em 19 out 2020.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do paraná*. Presidente Prudente: UNESP - FCT, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105037>>. Acesso em 31 jan 2021.

FAURB UFPEL. *Planejamento Urbano: acervo de projetos da disciplina*. 2021. Disponível em: <https://planurbfaurbufpel.wixsite.com/inicio>. Acesso em: 26 mar 2021.

FERNANDES, Pedro Henrique C. *O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades*. Barra do Garças: Revista Eletrônica Geoaraguaia, v.8, n.1, 2018.

FRESCA, Tânia Maria. *Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias*. Londrina: Mercator, 2010.

HARVEY, David. *A condi o pós moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE. *Brasil/Rio Grande do Sul/Arroio do Padre: 2020a*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/arroio-do-padre/panorama>>. Acesso em 31 jan 2021.

IBGE. *Cidades e Estados: 2020b*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/arroio-do-padre.html>>. Acesso em 31 jan 2021.

IBGE. *Regiões de influência das cidades: 2018*. Rio de Janeiro: Coordena o de Geografia, 2020c.

MACIEL, Alexandre Pereira. ANTIGOS PRÉDIOS E NOVOS MUNICÍPIOS: Patrimônio Arquitet nico Urbano Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu e Arroio do Padre. *Disserta o de Mestrado*. 2009. Programa de Pós-Gradua o em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

NAVEH, Zev; LIEBERMAN, Arthur. *Landscape Ecology – Theory and Application*. 2nd ed. New York: Springer-Verlag, 1994. 360 p.

OLANDA, Elson Rodrigues. *As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela geografia*. Presidente Prudente: Ateliê Geográfico, v.2, n.2, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/atelie/issue/view/565>>. Acesso em 31 jan 2021.

PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

POLIDORI, Maurício Couto. Crescimento urbano e ambiente – Um estudo exploratório sobre as transforma es e o futuro da cidade. *Tese de Doutorado*. 2004. Programa de Pós-Gradua o em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

POLIDORI, Maurício Couto; PERES, Otávio Martins; VIANA, Otávio Gigante; SANTOS, Alexandre Pereira e TOMIELLO, Fernanda. Policentralidade celular, pregnância e estrutura urbana. In: *3º ENCONTRO INTERNACIONAL CIDADE + CONTEMPORANEIDADE E 3º JORNADA DE MORFOLOGIA E MODELAGEM URBANA*, 3., Pelotas, 2014. Resumo de trabalho apresentado em evento. Pelotas: LabUrb, 2014.

SANTOS, Rosely Ferreira. *Planejamento ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184 p.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>>. Acesso em 27 fev 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS, Nestor Goulart. *Sobre dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes, 2009. p. 38-54.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VASCONCELOS, Vitor Vieira; HADAD, Renato Moreira; MARTINS JUNIOR, Paulo Pereira. Adaptações metodológicas interescares de zoneamentos ambientais a bacias hidrográficas agrárias do sudeste brasileiro. In: *Geoambiente on-line – Revista Eletrônica do Curso de Geografia*. n.17, p.109-133. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/geoambiente/article/view/26023>. Acesso em 22 mar 2021.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A cidade e seu centro*. Curitiba: Appris, 2020.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman. 2001.